

A Definição enquanto Elemento Nuclear na Organização do Conhecimento: das Teorias Epistemológicas à Formulação de Definições em Língua Natural

Definition as a Nuclear Element in Knowledge Organization: from Epistemological Theories to Formulation of Definitions in Natural Language

DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v6i3.35130>

Susana Maria Duarte Martins

Doutorada em Linguística e investigadora integrada do NOVA CLUNL, é docente de Língua e Cultura Portuguesas para Estrangeiros na NOVA FCSH. Coordena o projeto “Terminologia do Vestuário – versão Português Europeu”, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem desenvolvido trabalho de investigação nas áreas da Lexicologia, Lexicografia e Terminologia, ensino de língua estrangeira e língua para fins específicos, assim como em Fonética e tecnologias *Text-To-Speech* enquanto gestora de projeto numa empresa internacional.

E-mail: susanaduartemartins@fcsh.unl.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1889-9547>

RESUMO

Neste artigo são discutidos os pressupostos epistemológicos subjacentes ao tratamento da definição, enquanto atividade e resultado, considerando os pontos principais em destaque nas diferentes teorias desde a Antiguidade Clássica à contemporaneidade: a entidade a definir, a definição de definição e suas tipologias, métodos e regras de formulação de boas definições, bem como os seus limites. Para tal, torna-se necessário recuar até aos primeiros questionamentos sobre a definição, refletir sobre o seu desenvolvimento ao longo do tempo e o modo como os referidos aspetos se espelham nas ciências do léxico e na terminologia, em particular, como estas os incorporaram nas suas práticas, ressaltando o papel central da definição em língua natural no contexto científico.

Palavras-chave: Definição em língua natural. Lexicografia. Terminologia. Epistemologia. Redação de definições.

ABSTRACT

This article discusses the epistemological assumptions underlying the treatment of the definition, as an activity and a result, considering the main points highlighted in different theories from Classical Antiquity to contemporary times: the entity to be defined, the definition of definition and its typologies, methods and rules for the formulation of good definitions, as well as its boundaries. To this end, it is necessary to go back to the first questioning about the definition, to think about its development over time and the way in which these aspects are reflected in the lexicon sciences and in terminology, in particular, how they have incorporated them in its practices, highlighting the central role of natural language definition in the scientific context.

Keywords: Definition in natural language. Lexicography. Terminology. Epistemology. Writing of definitions.

Introdução: a problemática geral da definição

As definições estão por todo o lado. Na mente, na escrita, na comunicação em língua corrente e na ciência. Não será, por isso, de surpreender que algumas das mais prementes questões que se têm vindo a colocar ao longo da História se relacionem, direta ou indiretamente, com as definições. Como nos entendermos evitando equívocos? Como contribuir para um debate científico com os melhores argumentos? Como nos aproximarmos da verdade ou do verdadeiro conhecimento? São interrogações cujas respostas os grandes pensadores acreditavam estar dependentes da formulação de boas definições.

O interesse pela problemática da definição remonta à Antiguidade Clássica, estendendo-se até à atualidade. O facto de veicular conhecimento e de constituir um recurso para alcançar a verdade justifica o destaque que a definição recebeu nas obras dos pensadores de maior renome. A importância atribuída ao tema foi de tal ordem que os fenómenos definitórios são presença frequente em textos de cariz filosófico e epistemológico, dedicados a temas tão díspares quanto a lógica e a matemática, a linguagem e a mente. De Sócrates a Wittgenstein, é possível traçar uma linha diacrónica do debate em torno dos processos de definição, cujos questionamentos convergem para cinco pontos essenciais (DUARTE MARTINS, 2015):

- (i) o ato de definir, o que é e o que definir;
- (ii) a definição de definição e suas funções;
- (iii) as tipologias de definição;
- (iv) os métodos de formulação de definições;
- (v) os princípios e limites das boas definições.

Segundo esta investigação, verifica-se que as teorias que incorporaram a definição na sua esfera de interesses revelaram variadas tendências ao longo do tempo. Na Antiguidade Clássica, a definição surge como resposta à necessidade de exprimir conhecimento sobre a coisa e a sua essência, antevendo-se já a preocupação relativamente aos conceitos. Para os medievalistas, a definição é, sobretudo, uma estratégia, ou mesmo um método, para a identificação de tipos de termos. No período moderno, os fenómenos definitórios aparecem vinculados a doutrinas de pendor epistemológico, com orientação conceptual e cognitiva ou como elemento de linguagens formais, que se ambicionam

perfeitas. Na contemporaneidade, a definição integra os processos de fixação do estatuto científico das ciências, participando no debate sobre as questões de sentido e de referência.

1. A definição: um elemento fundamental para a ciência

No contexto científico, há quem sustente que sem definições não é possível haver ciência, uma ideia transversal a muitos textos epistemológicos, corroborada pelo facto de a definição integrar os capítulos dedicados à discussão do método científico. De acordo com a crença de que a língua veicula conhecimento especializado, Étienne de Condillac vai mais longe, argumentando que o conhecimento científico deve ser antecedido pelo conhecimento linguístico. “*Voulez-vous apprendre les sciences avec facilité ? Commencez par apprendre votre langue*” (1749, p. 204) é a sentença que encerra o seu *Traité des Systèmes*.

Nos diálogos de Platão (380 a.C./360 a.C.), a constante demanda de Sócrates por uma definição de âmbito geral, que o conduz ao questionamento “o que é F?”, considerando-se F um nome equivalente a uma virtude como a justiça, a amizade, a piedade ou a coragem, encontra-se na base da fundação de qualquer ciência, como reconhece Aristóteles na *Metafísica*, no contexto dos silogismos¹: “*‘what a thing is’ is the starting-point of syllogisms; (...) for two things may be fairly ascribed to Socrates-inductive arguments and universal definition, both of which are concerned with the starting-point of science*” (350 a.C.?, XIII.4). A cientificidade das definições em Aristóteles foi conseguida mediante a sua interligação à explicação científica, como fundamenta Charles (2010, p. 23), defendendo Aristóteles que a melhor questão a colocar para obter uma boa definição será “porque é?”, dado ser daí que resulta a necessidade de conhecer a causa para alcançar a essência da coisa, o grande propósito da definição segundo este filósofo ateniense.

Na medicina, o estoico Cláudio Galeno (176-192?, HOOD, 2010 *apud* KÜHN, 1821-33) preocupava-se mais com as definições do que com a correção dos termos empregues, pois considerava que eram as definições que contribuíam para o avanço científico e, por conseguinte, para o diagnóstico da doença e para a cura dos pacientes.

Entendendo as definições como as proposições mais básicas da ciência, Thomas Hobbes considera-as essenciais para a construção dos princípios fundadores e explicação dos conceitos das mais

¹ Raciocínio assente em duas proposições a partir das quais se extrai uma conclusão. “Todo o homem é mortal; Sócrates é homem; logo, Sócrates é mortal” constitui o exemplo clássico de silogismo.

² Mill refere-se, especificamente, a “batalhas de definições” (1843, IV.IV.4), expressão cunhada do pensador William

diversas áreas de conhecimento. Em *De Homine* (1658, 13.8), argumenta que as definições se encontram na base da fundação das ciências, sem as quais não existe ciência: “*for all sciences begin with definitions, or otherwise they must not be called sciences, but mere verbiage*”, perspectiva já anteriormente defendida em *De Corpore* (1655, 6.13), “*the end of science is the demonstration of the causes and generations of things; which if they be not in the definitions (...) we shall never come to science*”. Fazer ciência e atingir o conhecimento passa, por conseguinte, também pela criação de definições, assim como a reformulação ou adaptação das próprias definições considerando a evolução de cada domínio científico.

No período moderno, o interesse notório pela classificação das ciências e pelo método científico estende-se à definição, colocando as definições em ciência no centro das discussões, especificamente nos textos de John Stuart Mill (1843) e de Heinrich Rickert (1888). Para Mill, as grandes polémicas surgidas em torno da criação de uma ciência tiveram início com debates aguerridos em torno de definições², dado as definições veicularem conhecimento e, como tal, mais do que meras explicações das concepções dos indivíduos, serem expressão da verdade. Neste sentido, o grau de precisão e de correção das definições contribui, na doutrina de Mill, para o grau de cientificidade de cada área de saber. No âmbito da sua teoria conceptual, Rickert insiste que qualquer trabalho sobre a definição deve respeitar as especificidades de cada ciência, referindo-se à definição como “*a means to a scientific end*” (1888, p. 201). Segundo Rickert, sem conceitos e sem experiência científica não existiriam ciências, posicionamento extensível às definições no contexto do processo de formação conceptual. Os conceitos, “*synthesis of the essential characteristics of objects*” (1888, p. 228), integram as definições, entendidas como “*synthesis into concepts of the essential characteristics of objects*” (1888, p. 227-228). Neste contexto, os conceitos antecedem a formulação linguística das definições, no sentido em que “*before a definition can find its linguistic expression, it must be preceded by a logical thought-process by means of which the concept is formed*” (1888, p. 227).

Por outro lado, a definição surge associada a áreas científicas específicas. Gottfried Leibniz refere-se ao direito como uma ciência que depende, por excelência, de definições e de demonstrações do raciocínio, por oposição às ciências dos factos, esclarecendo que “*we can understand that something is just even if there is no one who practices it or upon whom it is practiced*” (1670-71, p. 133). Rickert, por seu lado, associa as definições de carácter provisório às ciências empíricas, enquanto as definições definitivas, dada a natureza estável dos conceitos³, são, em regra, consagradas à matemática e ao

² Mill refere-se, especificamente, a “batalhas de definições” (1843, IV.IV.4), expressão cunhada do pensador William Whewell, cujo nome está associado à criação do neologismo “cientista” para designar os até então chamados “filósofos naturais” ou “homens da ciência”.

³ Rickert propõe que se considere o conceito como um conjunto de juízos concebidos como estáveis (1888, p. 231). Esta relação estreita entre conceito e juízo é explicada, comparando “*the content of our knowledge with a network of threads, in which the nodes are the concepts, while the threads which connect the nodes are the relations between concepts, i.e. the judgments*” (1888, p. 230).

direito, sendo que a evolução científica determina a reformulação de conceitos e de definições⁴. O linguista e lexicógrafo Alain Rey destaca igualmente o direito no âmbito das definições técnicas ou científicas, “*motivated by the intention of limiting the notion and prohibiting any other usage. In theoretical discourse, it frequently serves not only to establish scientific theories, but also to lay down its terminology, especially in Law, and in purist discourse*” (2000, p. 2), segundo afirma.

Com a afirmação científica da terminologia, no século XX, também a definição terminológica passa a ser encarada como um contributo para o conhecimento. Neste sentido, Bruno de Bessé declara que este tipo de definições se encontram “*very closely linked to the development of scientific knowledge, ideological structures, and the archeologies of knowledge*” (1997, p. 66).

Em suma, a fundação e estruturação de uma ciência depende de uma organização do conhecimento adequada, sustentada por definições de conceitos e pela compreensão da significação dos termos constituintes de cada domínio científico. Sem estes aspetos, a compreensão e a comunicação entre especialistas encontram-se comprometidas.

2. A definição de *definição*: um desafio

O que é uma definição? Este é um dos grandes questionamentos que caracterizam o debate em torno dos fenómenos definitórios, cuja resposta é complexa. De facto, o estudo aprofundado do que cada pensador entende por definição não nos permite alcançar um consenso. Muito pelo contrário. A conclusão a que se chega é que a definição de definição varia de autor para autor, de acordo com o respetivo enquadramento teórico (DUARTE MARTINS, 2015).

Para mencionar alguns pontos de vista mais genéricos, Ramon Llull entende as definições como descrições ao longo da sua obra (1271-1272, 1290, 1303 *apud* FIDORA, 2007)⁵, e Immanuel Kant (1781) considera que as definições explicam os conceitos⁶. Porém, segundo insiste Aristóteles (350

⁴ As definições provisórias e definitivas encontram correspondência, no contexto da teoria da definição de Rickert, em dois estádios de desenvolvimento dos conceitos, provisórios e definitivos: “*methodology will oppose provisional concepts with ‘ideal’ concepts which represent the goal of our knowledge, but not in the sense that we search in them for an adequate image of the essence of things, but in the sense that they are definitive concepts, constituted in such a way that we recognise that they could not have been formed any other way and will never be changed*” (1888, p. 247).

⁵ A inovação da definição de “homem” como “animal que homifica” ou “animal cuja característica própria é homificar”, no âmbito da teoria da definição apresentada por Llull em *Logica Nova* (1303 *apud* FIDORA, 2007), assenta no facto de se definir “homem” como um todo, em função das suas ações e capacidades próprias – “homificar”, o que ultrapassa, na sua opinião, a definição por meio de propriedades.

⁶ A teoria da definição de Kant encontra-se interligada com a sua teoria dos conceitos, que assumem um papel de destaque no pensamento do filósofo. Os conceitos apresentam uma associação estreita com os objetos e a sua representação, pois, segundo Kant, os conceitos formam-se a partir de representações internas de objetos. Em geral, a representação é entendida “*como a impressão ou a imagem que temos de um objeto, resultante da intuição, e que contribui para*

a.C.?), a definição não é uma descrição nem uma explicação. Esta multiplicidade de perspectivas resulta, especificamente, do posicionamento de base face à definição enquanto atividade e às funções que esta exerce, aspetos imprescindíveis para o esclarecimento das teorias e pontos de vista defendidos.

Sobre o entendimento de cada pensador acerca do que é definição torna-se possível, contudo, perceber que a definição remete, em geral, para um tipo de definição particular, referido sob o termo genérico de “definição” e que, independentemente do quadro teórico, existe uma questão subjacente a todas elas: o que definir? Palavras (unidades lexicais ou terminológicas), conceitos ou objetos?

As teorias e textos epistemológicos privilegiam, na sua maioria, definições de conceitos (anteriormente designados de ideias) e de palavras (sobretudo no âmbito das doutrinas nominalistas), incluindo nomes, mas também outras classes de palavras ou expressões linguísticas.

Em terminologia, as três entidades envolvidas no questionamento sobre o que definir: conceitos, objetos ou palavras, encontram-se interligadas. Definem-se conceitos, designados por termos (palavras) que remetem para objetos de conhecimento (coisas). Neste contexto, os conceitos são entendidos como “*mental representations of objects within a specialized context or field*” (ISO 704, 2009, p. 2), considerando-se os objetos como “*anything perceived or conceived*” (ibidem).

Identificada a resposta à questão sobre o que definir, temos o ponto de partida para formular uma definição de definição.

Ressalve-se, por fim que, quando se fala em definição no âmbito das teorias discutidas, a definição corresponde, formalmente, à combinação entre dois elementos nucleares: o *definiendum*, a entidade a definir, e o texto da definição, o chamado *definiens*, do qual devem constar as características do *definiendum*: designação (*definiendum*) + texto definitório (*definiens*).

3. Tipologias de definição

O estudo de diferentes teorias da definição, desde a Antiguidade Clássica à contemporaneidade, levou-nos à conclusão de que quando um determinado pensador discute a definição de definição, muito frequentemente, esse seu entendimento de definição em sentido lato já faz antever um tipo de definição particular (DUARTE MARTINS, 2015, p. 428).

Por conseguinte, a análise das tipologias de definições privilegiadas pelos pensadores que se dedicaram ao tema permitiram observar que a ênfase vai para o grande núcleo da definição real,

o conhecimento” (DUARTE MARTINS 2015, p. 270). Neste contexto, um objeto não é uma coisa-em-si, apenas existindo enquanto representação. Por outro lado, o objeto deve estar contido no conceito para que o conceito represente devidamente o objeto.

também conhecida como definição de coisa, e definição nominal ou definição de nome, classificações estabelecidas no período clássico, cuja influência ao longo dos tempos é bastante visível nas teorias da definição que se desenvolveram a partir desse momento. A definição real domina as teorias dos filósofos gregos da Antiguidade Clássica, incluindo os estoicos, tendência que se estende às épocas medieval e moderna, onde é possível verificar a presença deste tipo de definição nos textos de autores como Ramon Llull (1271-1272, 1290, 1303, 1309 *apud* FIDORA, 2007), William of Ockham (1323?), Jean Buridan (1487), Antoine Arnauld e Pierre Nicole (1662) do grupo de Port-Royal, Gottfried Leibniz (1678, 1679, 1682 *apud* DASCAL 1987, 1765) e Immanuel Kant (1800). No período contemporâneo, o interesse pela definição de coisa é transferido para os conceitos como consequência da sofisticação das teorias epistemológicas, que Kant (1781, 1800) e John Locke (1689) já reconheciam anteriormente. Quanto à definição nominal, Aristóteles (350 a.C.?) reconhece a sua existência, contudo este tipo de definição atinge o seu auge entre as doutrinas nominalistas, nomeadamente nos textos de Ockham (1323?) e de Buridan (1487), por influência do primeiro, e mais tarde de John Stuart Mill (1843), sendo igualmente colocada em destaque por outros pensadores, como o grupo de Port-Royal (1662), incluindo Blaise Pascal (1657) e Leibniz (1679, 1684, 1686, 1702).

Assumidamente nominalista, Hobbes (1650, 1651, 1655) acredita ser a definição genética (ou causal), um tipo específico de definição de nome, que dá informação mais pertinente sobre a entidade definida ao indicar a causa do *definiendum* (o conceito ou termo a ser definido). Ainda que sob um prisma distinto, já Aristóteles havia ressaltado o valor da definição da causa das coisas, cujo questionamento “porque é?” é o que permite compreender a essência da coisa, no âmbito da sua teoria da causalidade, que influenciou os filósofos vindouros, como Lull e Buridan, Arnauld e Nicole do grupo de Port-Royal e Leibniz, além de Hobbes. Um outro tipo de definição instigado por Aristóteles foi a definição descritiva, referida por alguns autores simplesmente como descrição, tendo contado entre os seus seguidores com Llull, por influência da tradição árabe, Ockham e Buridan, Kant e Mill. As definições causal e descritiva são os tipos de definição que mais se destacam entre as teorias epistemológicas mencionadas, após as definições de coisa e de nome.

O grande núcleo da “definição de coisa” e da “definição de nome”, instituído na época clássica, vem dar lugar na contemporaneidade à dicotomia “definição conceptual ou de conceitos” e “definição lexical ou de palavras”, que resultam em subtipos de definições, começando a assinalar a sua presença nas teorias do período moderno (DUARTE MARTINS, 2015, p. 435). Neste sentido, o grupo de Port-Royal, constituído por Arnauld e Nicole, notabiliza-se por introduzir o debate entre definição de palavra e definição de nome, paralelamente à definição de coisa, na literatura da época. Locke e Condillac também deram destaque à definição de palavra, enquanto Locke, Kant, Gottlob Frege (1884, 1893) e Rickert ressaltaram a importância da definição de conceitos nas suas teorias.

Entre as tipologias de definições, ressaltam ainda a definição por género (o elemento introdutório da definição) e diferença específica (a especificação do elemento genérico)⁷, e as definições analítica (análise minuciosa do *definiendum*, permitindo distinguir os conceitos através das suas características) e sintética (parte de um conceito genérico para dar a entender as características do *definiendum*). Apesar de se encontrarem bem representadas entre as doutrinas epistemológicas, estas definições não deverão, contudo, ser consideradas como tipos de definição, mas antes como métodos definitórios. A confusão ou não-distinção entre tipo e método de definição é um dos maiores problemas identificados na classificação das definições, perpetuados em obras da atualidade, nomeadamente em textos de lexicologia e de terminologia, como Bessé (1997).

4. Definição de coisa ou definição de nome?

A distinção entre definição de coisa e de nome vem trazer luz ao estudo e tratamento das definições na atualidade, com reflexos nas definições de conceitos e de palavras (unidades lexicais ou terminológicas) que se vieram sobrepôr à dicotomia das definições de coisa e nome.

Saber que tipo de definição pretendemos ou que temos perante nós é de grande vantagem para a formulação e validação de definições, respetivamente, sabendo que as definições devem ser coerentes com os objetivos para os quais são criadas, nomeadamente o domínio científico e o público-alvo, entre outros.

As constantes referências às definições clássicas de coisa e de nome entre os vários pensadores e a análise das reflexões acerca de cada tipo de definição no âmbito das teorias epistemológicas permitiu-nos perceber que, na base da distinção entre definição de coisa e de nome se encontram os seguintes aspetos: o tipo de questionamento, o propósito, o conhecimento da entidade a definir (*definiendum*) e o domínio a que pertence (DUARTE MARTINS, 2015, p. 436).

Neste contexto, a definição de coisa responde à questão “o que é x?”, remete para a natureza ou essência da coisa, que é o seu propósito, apresentando as suas características. Definir a coisa não exige necessariamente um conhecimento prévio do *definiendum*. Segundo as diferentes teorias, este conhecimento pode manifestar-se através de condições de comprovação prévia da existência e possibilidade do *definiendum* (Leibniz⁸), da demonstração *a priori* (Pascal) ou do conhecimento *a priori*

⁷ Aristóteles apresenta como exemplo a definição de “triângulo”, enquanto uma “figura geométrica” (género) “de três lados” (diferença específica).

⁸ Para os casos em que a enumeração das características que ajudam a reconhecer as coisas não é possível, Leibniz apresenta o exemplo das cores, quando um invisual ou alguém que nunca teve contacto com uma dada cor não detêm

(Kant) relativamente ao *definiendum*. Trata-se de uma abordagem do domínio epistemológico. O tipo de questionamento e análise das características do conceito aproximam este tipo de definição da definição especializada, que podemos encontrar no âmbito da lexicografia de especialidade e da terminologia.

Quanto à definição de nome, o questionamento a fazer é “o que significa x?”, pois o propósito desta definição é a explicação da significação da palavra e, como tal, pressupõe o conhecimento prévio da entidade a definir. A abordagem é semântica. Este tipo de definição encontra equivalência nas definições de palavras ou de unidades lexicais, presentes nos dicionários.

Em síntese, apresentamos uma tabela ilustrativa destes dois tipos de posicionamento distintos face à definição:

Quadro 1 – Perspetivas distintas acerca da definição de coisa e definição de nome no contexto das teorias epistemológicas.

	Questão	Propósito	Conhecimento da entidade a definir	Domínio
Definição de Coisa	O que é x?	Essência ou natureza da coisa	Não exige conhecimento prévio	Epistemológico
Definição de Nome	O que significa x?	Explicação da significação da palavra	Implica conhecimento prévio	Semântico

Fonte: Adaptado a partir de Duarte Martins (ibidem).

5. Definição de conceito ou definição de palavra?

Entendidos como representações mentais de objetos no âmbito de um domínio de saber (ISO 704), os conceitos encontram-se relacionados com a definição de coisas, uma vez que para definir é preciso conhecer, de algum modo, o objeto. Esta perspetiva sobre a definição coaduna-se com o tipo de definição privilegiada pela terminologia, orientada para a definição de conceitos, que remetem para objetos, cuja designação é o termo.

Considerando-se a definição de palavra, no âmbito das teorias epistemológicas, como um hiperónimo da definição de nome (DUARTE MARTINS, 2015, p. 437), este é o tipo de definição que interessa à lexicologia e à lexicografia, em particular. A sua ênfase é a explicação da significação

o conhecimento das marcas que os levariam a reconhecer a cor do céu como azul (1702, p. 58). Assim, nestes casos, a comprovação prévia das características do *definiendum* não sucede completamente.

das expressões linguísticas, dando informação sobre o uso da palavra e, por vezes, também sobre o conceito, mediante a enumeração das características do *definiendum*.

As teorias em terminologia preconizam que a definição deverá apresentar as características do conceito, devendo ser clara a relação estabelecida pelos termos que designam o conceito num domínio de especialidade, distinguindo-se esta de uma mera explicação do sentido e do significado, que não é relacional, e que serve os propósitos da lexicologia e lexicografia, por exemplo.

De acordo com Eugen Wüster, a definição é, em sentido lato, “*la descripción de un concepto mediante conceptos conocidos, expresados generalmente por medio de palabras*” (1979, p. 93), e de termos, acrescenta o discípulo Helmut Felber (1984). Enquanto texto que descreve as características do conceito e o situa num sistema conceptual, a definição em terminologia privilegia a definição em compreensão ou intensão, um tipo de definição que importa da lógica, referindo-se a intensão ao conjunto de características que formam o conceito (ISO, 1087-1, p. 3).

Ao lidar com conceitos, o tipo de definição que melhor serve os propósitos da ciência é esta mesma definição em intensão, um tipo de definição de conceitos que também em filosofia é reconhecido como o tipo de definição mais predominante:

The definiens of an intensional definition is a set of properties that is intended to be the intension of a concept or word. This way of defining must be used to give the conventional intension of a term or concept. Also almost all conceptual definitions are intensional definitions. Lexical as well as stipulative definitions⁹ may be intensional. Consequently, intensional definition is one of the most prevalent ways of defining. (PARRY; HACKER 1991, p. 103)

Em terminologia, este tipo específico de definição segue o mesmo pensamento, acrescentando-se-lhe as relações entre conceitos num domínio de saber, ponto em que a definição em terminologia se distingue da definição em filosofia e em lexicologia. Como esclarece Wüster, a definição em intensão “*indica el contenido del concepto. Parte de un genérico conocido y especifica los caracteres restrictivos que identifican el concepto por definir y lo diferencian de los demás conceptos de la misma serie horizontal*” (1979, p. 96), obtida por meio da relação genérica mais próxima.

Em suma, a definição em intensão interessa quer à filosofia, quer à terminologia, focando-se ambas nas características do conceito a definir. Porém, a terminologia vai mais longe na descrição das características do conceito, ao situá-lo num eixo de relações com outros conceitos dentro de uma determinada área de conhecimento. Neste sentido, a definição em intensão no âmbito da

⁹ Parry e Hacker referem-se alternativamente às definições que apelidam de lexicais como definições dicionarísticas. Quanto às definições estipulativas, estas são entendidas como “*a definition that tells what one intends a “word” to mean*” (1991, p. 91).

terminologia implica relações de diferentes ordens entre conceitos, aspeto que não se verifica neste tipo de definição em filosofia.

Neste sentido, consideramos a definição em terminologia como um texto iniciado, em geral, por um termo que designa o conceito genérico imediatamente superior ao que está a ser definido e que, de seguida, descreve as características do conceito a definir, permitindo delimitá-lo dos outros conceitos dentro de um sistema conceptual de um domínio de saber. Por isso, o método da definição por género e diferença específica, sobre o qual falaremos adiante, é tão útil ao permitir o estabelecimento das relações entre conceitos num sistema.

6. Métodos para a formulação de definições

Quer a designação do conceito, quer o texto definitório, devem ter em conta uma série de métodos, cuja aplicação resultará na formulação de boas, ou pelo menos, de melhores definições, permitindo servir de modelos de validação de definições por parte dos especialistas, no caso da necessidade de reformulação ou adaptação das definições.

São inúmeros os métodos propostos nos textos epistemológicos, que permaneceram no tempo e integram as práticas científicas atuais, incluindo, o trabalho dos lexicógrafos e terminólogos.

Entre as diferentes teorias da definição analisadas (DUARTE MARTINS, 2015), os métodos que maior notoriedade alcançaram são:

- (i) a divisão;
- (ii) a definição por género e diferença;
- (iii) a análise;
- (iv) a síntese.

Em vários diálogos platónicos é discutido um importante processo dialético de análise enquanto procedimento para a formulação de definições – a divisão, cuja aplicação passa pelos seguintes passos: *“to find a definition of X, first locate the largest kind of thing under which X falls; then, divide that kind into two parts, and decide which of the two X falls into. Repeat this method with the part until X has been fully located”* (SMITH, 2015).

O método de divisão em partes ou ramos, correspondentes a uma classe, entendida como categoria que agrupa entidades que partilham as mesmas características, sofrerá vários desenvolvimentos ao longo da História, tornando-se cada vez mais sofisticado. Além da divisão em classes, vamos encontrar referências à divisão por espécies (em PLATÃO (380 a.C./360 a.C.), ARISTÓTELES (350 a.C.), LOCKE (1689)) e por tipos (em JOHN STUART MILL (1843), correspondente a tipos de classes de nomes), complementadas por métodos como a coleção ou generalização, que consiste em agrupar várias coisas ou conceitos num único grupo (em Platão), e a partição, especificamente do todo nas partes integrantes, por herança dos pensadores do período clássico (em destaque na *Logique ou L'art de Penser* (1662) de Arnauld e Nicole do grupo de Port-Royal). Mais tarde, novas abordagens a este método resultarão em propostas como a divisão lógica dos conceitos, avançada por Kant (1800), na qual introduz a codivisão (divisões de um conceito a partir de diferentes pontos de vista), a subdivisão (divisão dos elementos de uma divisão), e ainda a dicotomia e a politomia (a divisão em dois ou mais elementos), cujo intuito é alcançar uma distinção mais precisa e exata dos conceitos entre si, determinante para a organização do conhecimento científico. De facto, o método da divisão encontra-se na génese da organização do conhecimento e dos domínios de saber, que daria origem a sistemas mais complexos como as arborescências e os sistemas conceptuais, que integram hoje as teorias e práticas terminológicas, e sem os quais não é possível elaborar uma definição em terminologia.

Por vezes entendida como um tipo de definição, a definição por género e diferença, ou *genus e differentia*, é um desenvolvimento do método da divisão proposto por Aristóteles, que o considera o único método capaz de evitar a omissão dos elementos constituintes da essência da coisa (*Analíticos Posteriores*, 350 a.C., II.13). Torna-se, assim, possível estabelecer raciocínios do tipo: “o homem” (espécie) “é um animal” (género) “com a característica particular de ser bípede” (diferença). Como complemento à divisão, Aristóteles recorre ao método da seleção que estabelece o género comum da coisa a definir, equivalente às suas propriedades, a partir das quais se analisam os subgéneros identificados, considerando sempre as propriedades do subgénero mais próximo: “*A be animal, B the properties of every animal, C D E various species of animal*” (Id., II.14).

A definição por género e diferença, também conhecida como definição aristotélica, encontra-se na base da formulação de definições em lexicografia e em terminologia, facilmente identificável nas obras de especialidade (DAHLBERG, 1981; REY-DEBOVE, 1998; DEPECKER, 1999; LEHMAAN, MARTIN-BERTHET, 2000; PAVEL; NOLET, 2002; POLGUÈRE, 2003; SEPPÄLÄ, 2004; FUERTES OLIVERA 2018; L'HOMME, 2020), encontrando correspondência na definição em intensão, dado permitir identificar o conceito pelo recurso às suas características. É vastamente utilizada nas definições dos dicionários de língua, apesar de não ser seguida de forma sistemática, assim como nas definições de termos de domínios de especialidade.

O estatuto conquistado por este método e os desenvolvimentos que sofreu ao longo do tempo para suplantar as limitações identificadas, resultou numa série de propostas de aplicação da definição por género e diferença, como reconhecem Parry e Hacker (1991, p. 104-105):

Unlike Aristotle's method of genus and differentia, the modern technique of definition by genus and differentia does not presuppose that there is a unique analysis of the definiendum or its concept. It does not even presuppose that it can be analyzed at all. The modern technique can define a "simple" concept by a synthesis of concepts. For example, "yellow" may be defined as a hue lying between green and orange on the spectrum. It could also be defined by paradigm species: "Yellow is the color of ripe lemons".

A análise e a síntese são métodos muito celebrizados ao longo dos tempos, de tal modo que o primeiro se encontra na base do movimento da filosofia analítica. Partindo dos casos particulares para os gerais, a análise é considerada pelos filósofos como o método por excelência para a ciência em geral, e especificamente na formulação de definições (HOBBS, 1655; PASCAL, 1657; ARNAULD, NICOLE, 1662; LEIBNIZ, 1667, 1677, 1678, 1765; CONDILLAC, 1746, 1780; FREGE, 1891, 1914; RICKERT, 1888), no sentido em que permite chegar à causa das coisas e, por conseguinte, às definições. Percorrendo o caminho inverso, do geral para o específico, a síntese ganha destaque no contexto dos métodos definitórios enquanto complemento à análise (por exemplo, em Kant), porém, nem todos os pensadores a contemplam nas suas abordagens teóricas.

Também em terminologia é possível encontrar referências à definição analítica (SAGER 1990; POLGUÈRE 2003), cuja importância L'Homme (2020, p. 185) esclarece: "*Analytical definitions are designed to capture the link between a specific and a generic concept. Furthermore, they specify how specific concepts differ for their neighbors*", evidenciando a relação existente entre definições e sistemas conceptuais.

7. Princípios e limites de uma boa definição

A redação do texto definitório segundo regras e princípios específicos permite circunscrever o conceito em discurso e organizar as relações entre conceitos, cuja lógica discursiva tem de corresponder à identificação das características do conceito. Assim, uma boa definição associa o conceito a um sistema conceptual, espelhando as relações entre o conceito, suas características e o sistema conceptual do domínio, contribuindo para a harmonização terminológica. Boas definições de conceitos, caracterizadas pela transparência do texto definitório, contribuem para a elaboração de discurso científico com qualidade, respondendo às necessidades atuais de globalização.

Os diferentes quadros teóricos propõem uma série de princípios para a formulação de boas definições, que deverão ter em conta o tipo de definição e método definitório em causa. De seguida, passamos a discutir os princípios mais genéricos respeitantes à definição em língua natural, relegando os princípios relativos à definição formal para as discussões em torno das linguagens formais.

Segundo os vários pensadores, uma boa definição deve obedecer a alguns princípios gerais, de entre os quais se destacam: a identidade entre termo e definição, a ausência de contradição e a inteligibilidade dos termos que constituem o texto definitório.

Em termos de redação, a definição em língua natural deve ser concisa e ser formulada na afirmativa. Além disso, os termos que integram o texto definitório devem ser definidos *a priori*, sempre que possível, sendo esses termos conhecidos e partilhados por uma comunidade específica. A definição deve revelar-se útil, refletindo a relação entre o termo e o conceito, encontrando-se o conceito devidamente identificado e delimitado. Ao invés, do texto definitório não deverão constar arcaísmos, palavras ambíguas, redundâncias ou contradições.

Por fim, de acordo com as várias teorias da definição, devem ter-se em mente as seguintes advertências:

- (i) não se deve definir tudo, em particular, termos primitivos, a partir dos quais não se podem extrair outros;
- (ii) a definição e o termo definido devem ser convertíveis;
- (iii) o termo definido não deve ser repetido no texto definitório;
- (iv) o uso de sinónimos é desaconselhado.

Lembremos ainda que há limites que, segundo os diferentes autores, poderemos considerar incontornáveis: de que não é possível definir tudo, em particular os termos primitivos, e que a definição perfeita é impossível.

A arbitrariedade inerente à definição de nomes (HOBBS, 1655; PASCAL, 1657; ARNAULD, NICOLE, 1662; LEIBNIZ, em vários textos; CONDILLAC, 1746; KANT, 1781; MILL, 1843; FREGE, 1892; WITTGENSTEIN, 1934), dado as palavras estarem sujeitas ao sentido que lhes é atribuído pelos falantes, suporta os referidos limites. De facto, é sempre possível refutar uma definição em língua natural, motivo pelo qual Kant (1781) sustenta que não há definições senão na matemática. Neste sentido, a fim de assegurar boas definições de conceitos em ciência, é necessário que a sua redação siga um conjunto de normas explícitas e genéricas, anteriores à formulação da definição, e um

conjunto de regras específicas que, numa fase seguinte, sirvam de guião à formulação da definição, na qual o especialista tem um papel determinante na validação científica da definição.

Posicionamento semelhante é corroborado pelos lexicógrafos e terminólogos da atualidade, nomeadamente em guiões de redação de definições (CABRÉ, 1993; PAVEL; NOLET, 2002; FARGAS VALERO, 2009; VÉZINA, 2009; RIEDIGER, 2018).

8. A problemática do tratamento da definição

A observação de definições em contextos de especialidade permite verificar, com frequência, que a prática de redação de definições não tem como base metodologia específica evidente e que muitas definições são contextuais, ao serem retiradas de textos sem a devida adaptação. A consequência direta da ausência de uma metodologia na redação das definições é que nem todas as definições de conceitos em bases de dados e dicionários terminológicos se revelam satisfatórias do ponto de vista conceptual e linguístico. Uma boa definição será aquela que melhor conseguir contornar os limites impostos pela língua natural, veiculando maior transparência discursiva dentro de um contexto específico.

Entre os problemas identificados na análise de definições em bases de dados terminológicas, glossários e dicionários de especialidade, temos definições que:

- (i) não remetem para o conceito a definir:
País de Residência: Uma pessoa é considerada residente de um país (local) se: a) tiver vivido a maior parte do ano precedente (12 meses) nesse país (local), ou b) tiver vivido nesse país (local) por um período mais curto mas que pretenda regressar no prazo de 12 meses, com a intenção de se instalar nesse país/local. (Base de conceitos do Instituto Nacional de Estatística: <http://smi.ine.pt/>)
- (ii) são formuladas na negativa:
Alojamento Turístico Privado: alojamento turístico coletivo não incluído no grupo dos "estabelecimentos de alojamento turístico coletivo" por não ser abrangido pela definição de "estabelecimento". (Base de conceitos do Instituto Nacional de Estatística: <http://smi.ine.pt/>)
- (iii) apresentam mais do que um significado para o conceito:
Animação Turística: Atividade que visa contribuir para a atração de turistas, nacionais e estrangeiros, ou constituir um meio para a ocupação dos seus tempos livres ou para a satisfação das necessidades e expectativas decorrentes da sua permanência na região visitada. (Base de conceitos do Instituto Nacional de Estatística: <http://smi.ine.pt/>)

- (iv) são introduzidas por dois (ou mais) conceitos equivalentes:
Estabelecimento Hoteleiro: Empreendimento turístico (Estabelecimento) destinado a proporcionar, mediante remuneração, serviços de alojamento e outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimento de refeições. (Base de conceitos do Instituto Nacional de Estatística: <http://smi.ine.pt/>)
- (v) incluem a designação do conceito a definir:
Barreira de Knock-Out: A barreira de knock-out representa uma fasquia ou valor (por exemplo, de cotação, ou de taxa de juro) que, uma vez alcançado ou verificado, determina o vencimento e o reembolso (antecipado em relação a uma data pré-definida) de um capital em dívida. Pode originar um cash rebate. (CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, *Glossário de Termos relativos a Instrumentos Financeiros*: www.cmvm.pt)
- (vi) contêm informação enciclopédica:
Incidência – Número de novos casos de doença, acidentes ou outros problemas de saúde que ocorrem num determinado período de referência. Número de novos casos de doenças durante um determinado período de tempo em uma população específica. Pode ser medido como uma contagem de frequência, uma taxa ou uma proporção.
(Glossário constante do *Plano Nacional de Preparação e Resposta à Doença por novo coronavírus (COVID-19)* de Graça Freitas e Rita Sá Machado (Ed.), 2020¹⁰)
- (vii) não são definições, podendo apresentar-se sob a forma de explicações, instruções, entre outros:
Higiene das mãos – Procedimentos que incluem: Lavagem das mãos com água e sabão, fricção das mãos com SABA ou preparação pré-cirúrgica das mãos.
Lavagem das mãos – Lavagem das mãos com água e sabão (antimicrobiano ou não)
(Glossário constante do *Plano Nacional de Preparação e Resposta à Doença por novo coronavírus (COVID-19)* de Graça Freitas e Rita Sá Machado (Ed.), 2020)

É ainda possível identificar variados tipos de incorreções no que respeita à designação do conceito, como podemos observar nos seguintes casos extraídos do *Glossário de Termos relativos a Instrumentos Financeiros* da CMVM:

¹⁰ Documento disponível em <https://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/plano-nacional-de-preparacao-e-resposta-para-a-doenca-por-novo-coronavirus-covid-19-pdf.aspx>.

- (i) inclui sinónimos ou outro tipo de informação: Ação (ou Ação Ordinária);
- (ii) integra informações adicionais: reduções, equivalentes em língua estrangeira: Taxa Anual Nominal Líquida (TANL) / Preço de Oferta de Venda (Ask Price);
- (iii) apresenta-se no plural, por vezes, há coocorrência de designações no singular e no plural num mesmo glossário ou dicionário: Obrigações / Opção.

Em termos de texto definitório, propriamente dito, ressaltam problemas como:

- (i) a ocorrência de definições circulares, de sinonímia, de paráfrases e da referida repetição da designação do conceito:
Sistema de ventilação com pressão negativa – Sistema de ventilação com capacidade de renovação de ar (≥ 12 renovações/hora – novas construções após 2001; ou 6 renovações/hora – construções anteriores a 2001) e que se encontra sob pressão negativa. (Glossário constante do *Plano Nacional de Preparação e Resposta à Doença por novo coronavírus (COVID-19)* de Graça Freitas e Rita Sá Machado (Ed.), 2020)
- (ii) a designação apresenta-se no plural e a definição é introduzida por um nome no singular, ou vice-versa.
Passivo: Os passivos são valores patrimoniais negativos, representativos de dívidas, obrigações, compromissos ou responsabilidades do agente económico. (CMVM, *Glossário de Termos relativos a Instrumentos Financeiros*)
- (iii) umas definições iniciam-se por um verbo e outras por um nome;
Máscara – Refere-se ao equipamento utilizado para cobrir a boca e nariz, incluindo máscaras cirúrgicas e de procedimentos.
Máscara cirúrgica – Equipamento, utilizado pelos profissionais da equipa cirúrgica do bloco operatório, que cobre a boca e nariz durante procedimentos cirúrgicos, destinando se à proteção, tanto dos doentes, como dos profissionais de saúde, da contaminação por microrganismos ou fluidos orgânicos. (Glossário constante do *Plano Nacional de Preparação e Resposta à Doença por novo coronavírus (COVID-19)* de Graça Freitas e Rita Sá Machado (Ed.), 2020)
- (iv) a existência de definições demasiado longas por comparação com outras num mesmo glossário ou dicionário:
Máscara – Refere-se ao equipamento utilizado para cobrir a boca e nariz, incluindo máscaras cirúrgicas e de procedimentos.
Máscara cirúrgica – Equipamento, utilizado pelos profissionais da equipa cirúrgica do bloco operatório, que cobre a boca e nariz durante procedimentos

cirúrgicos, destinando-se à proteção, tanto dos doentes, como dos profissionais de saúde, da contaminação por microrganismos ou fluidos orgânicos. As máscaras cirúrgicas também são usadas para proteção dos profissionais, do contacto com gotículas potencialmente infecciosas. As máscaras cirúrgicas não protegem da inalação de pequenas partículas e não servem o mesmo propósito que os respiradores de partículas (recomendados para situações em que o agente infeccioso se transmite por via aérea) (Glossário constante do *Plano Nacional de Preparação e Resposta à Doença por novo coronavírus (COVID-19)* de Graça Freitas e Rita Sá Machado (Ed.), 2020)

Desta análise ressaltou ainda a ausência de termos que esperaríamos encontrar em glossários específicos ou outros recursos linguísticos, como é o caso do termo “zaragatoa”¹¹, que não apresenta ocorrências no glossário que acompanha o *Plano Nacional de Preparação e Resposta à Doença por novo coronavírus*. Não só o termo não integra o glossário, como não consta do texto definatório de outros termos, nem nunca lhe é feita qualquer referência ao longo de todo o documento que acompanha o glossário.

Em síntese, muitas definições em contexto de especialidade não dão conta adequadamente das características do conceito e da sua relação com o sistema conceptual do domínio a que pertencem, existindo muitas definições que são texto enciclopédico. Para solucionar estes problemas, podemos recorrer às metodologias da terminologia, herdadas das doutrinas epistemológicas, discutidas anteriormente.

Considerações finais: como as teorias e práticas sobre a definição podem contribuir para a ciência

A influência que as teorias epistemológicas exercem sobre as práticas terminológicas e a sua abordagem ao tratamento dos processos definatórios é inegável, verificando-se que:

- (i) a terminologia faz uso das tipologias e métodos mais recorrentes no tratamento da definição oriundos da filosofia;

¹¹ O termo relativo ao instrumento usado para recolher amostras para análise e que, no contexto da pandemia de COVID-19, é usado para fazer o diagnóstico da doença, passou a ser usado com frequência na língua corrente, sobretudo por influência dos meios de comunicação social.

- (ii) alguns dos métodos que continuam a ser úteis à definição em terminologia e em lexicografia, assim como às teorias filosóficas, sofreram adaptações e desenvolvimentos como é o caso da definição por género e diferença;
- (iii) as doutrinas epistemológicas mostram-se profícuas enquanto ponto de partida para o desenvolvimento de metodologias de identificação de conceitos num sistema e de redação de definições.

A definição assume um papel determinante no contexto da terminologia, particularmente, em termos metodológicos, sendo considerada pela norma ISO 704 (2009, p. v) como elemento fundamental às práticas terminológicas:

Objects, concepts, designations and definitions are fundamental to terminology work and therefore form the basis of this International Standard. Objects are perceived or conceived and abstracted into concepts which, in special languages, are represented by designations and/or definitions.

Neste sentido, a observância das teorias e práticas relativas à definição contribui para o desenvolvimento do trabalho de formulação de definições, desde o momento da integração de um conceito num sistema até à identificação das características que devem ser privilegiadas na formulação da definição, segundo os métodos e critérios a que a mesma deve obedecer. Em última instância, o propósito da testagem e validação de resultados obtidos, ambiciona:

- (i) incrementar a cientificidade da formulação de definições;
- (ii) diminuir a ocorrência de erros metodológicos na elaboração de textos definitórios;
- (iii) verificar a aplicação dos métodos alternativos propostos pelos diferentes pensadores, inclusive as práticas abandonadas pelos próprios, a fim de identificar vantagens, limites e, caso sejam identificadas potencialidades, aperfeiçoar esses métodos no sentido de resolver os seus constrangimentos;
- (iv) desenvolver propostas de automatização de redação de definições sustentadas pelas teorias originais.

A aplicação prática da teoria à terminologia permite desenvolver as metodologias de tratamento das definições e aumentar a percentagem de boas definições, diminuindo o tempo de redação.

Possibilita, ainda, a elaboração de normas e de modelos teóricos, eventualmente computacionais, ao mesmo tempo que responde à dupla dimensão, conceptual e linguística, da terminologia.

Estabelecer um posicionamento específico em torno dos processos definitórios passa pelo esclarecimento do que se entende por definição, que deve considerar sempre a definição enquanto ato, bem como as suas funções no quadro teórico em que nos inscrevemos.

Enquanto objeto de ciência, a definição pode ser entendida não apenas como produto, mas também como método. Não apenas a definição contribui para a organização do conhecimento científico, como, sem definições, a compreensão e comunicação entre especialistas estaria bastante comprometida. Justifica-se, neste sentido, a necessidade de fixação de uma teoria da definição em terminologia, direcionada para as definições em ciência, que venha dar resposta às necessidades dos especialistas relativamente à conceção e à formulação de boas definições, assente em metodologias de trabalho específicas, considerando que, sem definições não há ciência nem conhecimento.

Referências bibliográficas

- ARISTÓTELES. **Várias obras**. *In*: The Internet Classics Archive. 350 a.C. Disponível em: <http://classics.mit.edu/>. Acesso em: 20 abr 2020.
- ARNAULD, Antoine; NICOLE, Pierre. **Logique ou L'art de Penser**, 1662. Introdução e notas de JOURDAIN, Charles. **Logique de Port-Royal**, suivie des trois fragments de Pascal sur l'autorité en matière de philosophie, l'esprit géométrique et l'art de persuader. Paris: L. Hachette, 1861.
- BESSÉ, Bruno. Terminological Definitions. *In*: **Handbook of Terminological Management – Basic Aspects of Terminology Management**, Amesterdão/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1997, p. 119-156.
- BURIDAN, Jean. **Summulae de Dialectica**. Ed. póstuma. 1487. Trad. ing. KLIMA, Gyula. **John Buridan: Summulae de Dialectica – An annotated translation with a philosophical introduction**, New Haven: Yale University Press, 2001.
- CABRÉ, M. Teresa. **La Terminología. Teoría, Metodología, Aplicaciones**. Barcelona: Editorial Antártida/Empúries, 1993.
- CHARLES, David. **Definition in Greek Philosophy**. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- CONDILLAC, Étienne Bonnot de. **La Logique ou les Premiers Développemens de l'Art de Penser**, 1780. *In*: Oeuvres de Condillac, vol. 22, Paris: l'Imprimerie de Ch. Houel, 1798.
- CONDILLAC, Étienne Bonnot de. **Traité des Systèmes**, 1749. Ed. eletrónica da Bibliothèque Nationale de France em colaboração com a Bibliothèque Paul-Émile-Boulet de l'Université du Québec, 2010.
- CONDILLAC, Étienne Bonnot de. **Essai sur l'Origine des Connaissances Humaines**, 1746. Ed. eletrónica da Bibliothèque Nationale de France em colaboração com a Bibliothèque Paul-Émile-Boulet de l'Université du Québec, 2010.
- COSTA, Rute; SILVA, Raquel; DUARTE MARTINS, Susana. **Base de Conceitos Estatísticos do INE – Turismo**. Relatório final no âmbito do projeto “Sistemas Conceptuais e Terminologias no INE”. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, 2007.
- DAHLBERG, I. Les objets, les notions, les définitions et les termes. *In*: RONDEAU, Guy; FELBER, Helmut (Red.). **Textes Choisis de Terminologie – I. Fondements Théoriques de la Terminologie**. Quebeque: GIRSTERM, 1981. p. 221-282.
- DASCAL, Marcelo. **Leibniz, Language, Signs and Thought: A Collection of Essays**. Amesterdão/Filadélfia: John Benjamins Publishing, 1682, 2000.
- DEPECKER, Loïc. **Entre Signe et Concept**. Éléments de Terminologie Générale, Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 1999.

- DUARTE MARTINS, Susana. **A Definição em Terminologia: Perspetivas Teóricas e Metodológicas**. Tese (Doutoramento em Linguística). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2015.
- FARGAS VALERO, F. Xavier (Coord.). **La Définition Terminológica**. Barcelona: TERMCAT – Centre de Terminologia, Eumo Editorial, 2009.
- FELBER, Helmut. **Terminology Manual**. Paris: Unesco e Infoterm, 1984.
- FIDORA, Alexander. From “Manifesting” to “Pegasizing”: Ramon Llull's Theory of Definition between Arabic and Modern Logic. **Mirabilia**, n.º 7, p. 72-86, 2007. Disponível em: <http://www.revistamirabilia.com>. Acesso em: 23 abr 2020.
- FREGE, Gottlob. *Logik in der Mathematik*, 1914. Ed. e trad. ing. HERMES *et al.* *Logic in Mathematics*. In: **Posthumous Writings: Gottlob Frege**, Oxford: Basil Blackwell, 1979, p. 203-250.
- FREGE, Gottlob. **Grundgesetz der Arithmetik**, 1893. Ed., trad. ing. e introdução de FURTH, Montgomery, *The Basic Laws of Arithmetic. Exposition of the System*, vol. 1, Berkeley, Los Angeles, Londres: University of California Press, 2.ª ed., 1964, 1966.
- FREGE, Gottlob. *Über Begriff und Gegenstand*, 1892. In: Trad. fr. e introdução IMBERT, Claude, *Concept et objet*, **Écrits Logiques et Philosophiques**. Paris: Seuil, 1971, 1994, p. 127-141.
- FREGE, Gottlob. *Über Sinn und Bedeutung*, 1892. In: Trad. ing. BLACK, Max, *A translation of Frege's Über Sinn und Bedeutung*, **The Philosophical Review**, vol. 57, n.º 3 (maio de 1948), Ithaca: Cornell University Press, 1948, p. 207-230.
- FREGE, Gottlob. *Über Funktion und Begriff*, 1891. Trad. fr. e introdução IMBERT, Claude, *Fonction et concept*, 1971. In: **Écrits Logiques et Philosophiques**, Paris: Seuil, 1994, p. 80-101.
- FREGE, Gottlob. *Die Grundlagen der Arithmetik. Eine logisch-mathematische Untersuchung über den Begriff der Zahl*, 1884. In: Trad. ing. AUSTIN, J. L., **The Foundations of Arithmetic. A logico-mathematical enquiry into the concept of number**, Nova Iorque: Harper Torchbook, 2.ª ed. rev., 1950, 1960.
- FUERTES-OLIVERA, Pedro (Ed.). **The Routledge Handbook of Lexicography**. Londres, Nova Iorque: Routledge, 2018.
- HOBBS, Thomas. **De Homine**. Indianapolis, Cambridge: Hackett Publishing Company, 1658.
- HOBBS, Thomas. **De Corpore**. Londres: John Bohn, 1655.
- HOBBS, Thomas. **Leviathan**, 1651. Ed. rev. MARTINICH, A. P. e Brian BATTISTE, *Leviathan, Revised edition*, Peterborough e Ontario: Broadview Press, 2011.
- HOBBS, Thomas. **Elements of Law, Natural and Politic: I. Human Nature; II. De Corpore Politico**, 1650. Ed. GASKIN, John Charles Addison, Thomas Hobbes: *The Elements of Law*,

- Natural and Politic: Part I, Human Nature, Part II, De Corpore Politico; with Three Lives, Nova Iorque: Oxford University Press, 1984.
- HOOD, Jane. Galen's Aristotelian Definitions. *In*: CHARLES, David (Ed.). **Definition in Greek Philosophy**. Oxford: Oxford University Press, 2010, p. 450-466.
- ISO 704. **Terminology Work – Principles and Methods**, La Plaine Saint-Denis: AFNOR, 2009.
- ISO 1087-1. **Terminology Work – Vocabulary**. Genebra: ISO, 2000.
- KANT, Immanuel. **Logik: ein Handbuch zu Vorlesungen**, 1800. Trad. ing. e introdução de HARTMAN, Robert S. e Wolfgang SCHWARZ (1974), Immanuel Kant's Logic. A Manual for Lectures, Nova Iorque: Dover Publications, 1988.
- KANT, Immanuel. **Kritik der Reinen Vernunft**, 1781/1787. Trad. ing. MÜLLER, F. Max, Immanuel Kant's Critique of Pure Reason. Nova Iorque e Londres: The Macmillan Company, 2.^a ed. revista, 1881, 1922. Trad. port. SANTOS, Manuela Pinto dos; MORUJÃO, Alexandre Fradique, introdução e notas de MORUJÃO, Alexandre Fradique. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 5.^a ed., 1997, 2001.
- LEHMAAN, Alise; MARTIN-BERTHET, Françoise. **Introduction à la Lexicologie. Sémantique et Morphologie**. Paris: Dumond, 2000.
- LEIBNIZ, Gottfried (ed. póstuma). Nouveaux Essais sur L'entendement Humain, 1765. *In*: Ed. e introdução de JACQUES, M. A. **Oeuvres de Leibniz**. Nouveaux Essais sur L'entendement Humain. Opuscles Divers, vol. 1, Paris: Charpentier, 1846.
- LEIBNIZ, Gottfried. Letter to Queen Sophia Charlotte of Prussia, 1702. *In*: Ed., trad. ing. e introdução de LOEMKER, Leroy E. **Philosophical Papers and Letters**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2.^a ed./2.^a reimpressão, 1956, 1989, p. 547-553.
- LEIBNIZ, Gottfried. Discours de Métaphysique, 1686. *In*: Introdução e notas de LESTIENNE, H. e prefácio de PENJON, A. **Discours de Métaphysique par G. W. Leibniz**. Nouvelle édition collationnée pour la première fois avec le texte autographe de l'auteur, Paris: Félix Alcan, 1907.
- LEIBNIZ, Gottfried. Primary truths, 1686? *In*: Trad. ing. do latim ARIEW, George; Daniel GARBER. **Philosophical Essays**. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1989, p. 30-34.
- LEIBNIZ, Gottfried. Meditationes de cognitione, veritate et ideis, 1684. *In*: Ed., trad. ing. e introdução de LOEMKER, Leroy E. **Meditations on knowledge, truth, and ideas**, Philosophical Papers and Letters. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2.^a ed./2.^a reimpressão, 1956, 1989, p. 291-295.
- LEIBNIZ, Gottfried. Elementa calculi e Specimen of universal calculus, 1679. *In*: Ed., trad. ing. e introdução de LOEMKER, Leroy E. (1956), **Two studies in the logical calculus: I. Elements of calculus; II. Specimen of universal calculus**, Philosophical Papers and Letters. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2.^a ed./2.^a reimpressão, 1989, p. 235-247.

- LEIBNIZ, Gottfried. De analysi veritatis et judiciorum humanorum, 1679? *In*: Ed., trad. ing. e introdução de LOEMKER, Leroy E. **On universal synthesis and analysis, or the art of discovery and judgment**, Philosophical Papers and Letters, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2.^a ed./2.^a reimpressão, 1956, 1989, p. 229-234.
- LEIBNIZ, Gottfried. **On the general characteristic**, 1679? *In*: Ed., trad. ing. e introdução de LOEMKER, Leroy E. (1956), Philosophical Papers and Letters, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2.^a ed./2.^a reimpressão, 1989, p. 221-228.
- LEIBNIZ, Gottfried. **Letter to Walter von Tschirnhaus**, 1678. *In*: Ed., trad. ing. e introdução de LOEMKER, Leroy E. Philosophical Papers and Letters, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2.^a ed./2.^a reimpressão, 1956, 1989, p. 192-195.
- LEIBNIZ, Gottfried. **Letter to Herman Conring**, 1678. *In*: Ed., trad. ing. e introdução de LOEMKER, Leroy E. Philosophical Papers and Letters, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2.^a ed./2.^a reimpressão, 1956, 1989, p. 186-191.
- LEIBNIZ, Gottfried. **Dialogue**, 1677. *In*: Ed., trad. ing. e introdução de LOEMKER, Leroy E. Philosophical Papers and Letters, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2.^a ed./2.^a reimpressão, 1956, 1989, p. 182-185.
- LEIBNIZ, Gottfried. **Elements of natural law**, 1670-1671. *In*: Ed., trad. ing. e introdução de LOEMKER, Leroy E. Philosophical Papers and Letters, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2.^a ed./2.^a reimpressão, 1956, 1989, p. 131-138.
- LEIBNIZ, Gottfried. **Nova Methodus Discendae Docendaeque Jurisprudentine**, 1667. Ed., trad. ing. e introdução de LOEMKER, Leroy E. A new method for learning and teaching jurisprudence. *In*: Philosophical Papers and Letters, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2.^a ed./2.^a reimpressão, 1956, 1989, p. 85-92.
- L'HOMME, Marie-Claude. **Lexical Semantics for Terminology**. An Introduction. Amesterdão/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 2020.
- LOCKE, John. **An Essay Concerning Human Understanding**. Londres: T. Tegg and Son, 27.^a ed. aumentada e revista, 1689, 1836.
- MILL, John Stuart. **A System of Logic, Ratiocinative and Inductive, Being a Connected View of the Principles of Evidence, and the Methods of Scientific Investigation** (2 vols.), 8.^a ed., 1843, 1882, Nova Iorque: Harper & Brothers Publishers.
- OCKHAM, William of. **Summa Logicae – Pars III**, 1323? *In*: Trad. ing. e introdução de LONGEWAY, John. Demonstration and Scientific Knowledge in William of Ockham. A translation of Summa Logicae III-II: De Syllogismo Demonstrativo, with selections from the Prologue to the Ordinatio, Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press, 2007.
- OCKHAM, William of. **Summa Logicae – Pars II**, 1323? *In*: Trad. ing. e introdução de FREDDOSO, Alfred J.; SCHUURMAN, Henry (trad.), Ockham's Theory of Propositions: Part II of the Summa Logicae. South Bend: St. Augustine's Press, 2011.

- OCKHAM, William of. **Summa Logicae – Pars I**, 1323? *In*: Trad. ing. e introdução de LOUX, Michael J. Ockham's Theory of Terms: Part I of the Summa Logicae. South Bend: St. Augustine's Press, 1998.
- PARRY, William T.; HACKER, Edward A. **Aristotelian logic**. Albany: State University of New York Press, 1991.
- PASCAL, Blaise. **De L'Esprit Géométrique**. Ed. fr. adaptação de um texto eletrônico da Bibliothèque Nationale de France, eBooksFrance, 1657, 2001. Disponível em: https://www.ebooksgratuits.com/ebooksfrance/pascal_de_l_esprit_geometrique.pdf. Acesso em: 4 abr 2020.
- PAVEL, Silvia; NOLET, Diane. **Handbook of Terminology**, trad. esp. VEGA, Beatriz de, com colaboração de GONZÁLEZ, Genny; BERNARD, Yolande. Manual de Terminología, Otava: Translation Bureau, 2002.
- PLATÃO. **Várias obras**. *In*: The Internet Classics Archive. 380 a.C./360 a.C. Disponível em: <http://classics.mit.edu/>. Acesso em: 20 abr 2020.
- POLGUÈRE, Alain. **Lexicologie et Sémantique Lexicale – Notions Fondamentales**, Montreal: Les Presses de L'Université de Montréal, 2003.
- REY, Alain. Defining definition. *In*: **Essays on definition**. Amsterdão/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 2000, p. 1-14.
- REY-DEBOVE, Josette. **La Linguistique du Signe**. Une Approche Sémiotique du Langage, Paris: Armand Colin, 1998.
- RICHARDSON, John. **Logic of Emmanuel Kant**, from the German, to which is annexed a Sketch of his Life and Writings, Londres: W. Simpkin e R. Marshall, 1819.
- RICKERT, Heinrich. The theory of definitions. *In*: **Essays on definition**, Amsterdão/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1888.
- RIEDIGER, Hellmut. **Cos'è è la Terminologia e come si fa un Glossario**. Manuale di ricerca e gestione terminológica. Cercare, tradurre e usare parole e termini, 2018. Disponível em: <http://www.fondazionemilano.eu/blogpress/weaver/2014/03/22/come-si-fa-un-glossario/>.
- SAGER, Juan Carlos. **A Practical Course in Terminology Processing**. Amsterdão/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1990.
- SEPPÄLÄ, Selja. **Composition et Formalisation Conceptuelles de la Définition Terminographique**. Dissertação (Diplôme d'études approfondies em Tratamento Informático Multilingue). École de traduction et d'interprétation – Université de Genève, Genebra, 2004.
- SMITH, R. 2017. **Aristotle's logic**. *In*: The Stanford Encyclopedia of Philosophy. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/aristotle-logic/>. Acesso em: 5 abr 2020.

VÉZINA, Robert *et al.* **La Rédaction de Définitions Terminologiques**. Montreal: Office Québécois de la Langue Française, 2009.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **The Blue Book**, 1934. Texto ditado aos alunos de Cambridge. Ed. RHEES, Rush. *The Blue and Brown Books (Preliminary Studies for the Philosophical Investigations)*. Oxford: Blackwell Publishers. 2.^a ed./12.^a reimpressão, 1958, 1998. Trad. port. MENDES, Jorge. *O Livro Azul*. Lisboa: Edições 70, 1992.

WÜSTER, Eugen. **Introducción a la Teoría General de la Terminología y a la Lexicografía Terminológica**. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 1979.